

## Memórias difíceis: Hospital Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso

Difficult memories: *Hospital Colônia de Barbacena*, Brazilian psychiatric reform and the political uses of a painful past

Viviane Trindade Borges\*

**Resumo:** O presente artigo trata de um lugar de memória criado nas dependências de uma instituição de internamento psiquiátrico. Trata-se do Museu da Loucura, que funciona junto ao antigo Hospital Colônia de Barbacena (MG). As denúncias a respeito das condições degradantes em que viviam os internos do Hospital ganharam notoriedade no final da década de 1970 e marcam o início das discussões a respeito da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Intenciona-se aqui problematizar a constituição do Museu enquanto alegoria do discurso da Reforma, analisando o uso político de uma memória marcada pelo sofrimento, o qual tornou pública uma história até então pouco conhecida.

Palavras-chave: Museu. Memória. História da psiquiatria.

**Abstract:** The present article deals with a room for memory created in a psychiatric institution. It is the Museum of Madness, close to Barbacena's Colony Hospital (State of Minas Gerais). Complaints about degrading conditions of intern patients at the hospital gain notoriety by the end of the 70's and defined the beginning of discussions over the Psychiatric Reform in Brazil. We try to question here the Museum's creation as an allegory of discourse on Reform, by analyzing the political use of memories marked by the suffering, which made facts formerly unknown public.

Key-words: Museum. Memory. Psychiatry's history.

### 1. Introdução

O Hospital Colônia de Barbacena, atual Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, foi criado em 1903. Na década de 1930 a cidade de Barbacena, que em função do grande nosocômio recebia pacientes de todo o estado, foi apelidada de "Cidade dos Loucos". Na instituição já se contabilizou algo em torno de 100 óbitos em um único inverno, o que fez com que ficasse conhecida por ser uma das principais fornecedoras de cadáveres para faculdades de Medicina de todo do país.

O espaço é a alegoria de um discurso que faz uso político de um passado doloroso, corroborando as discussões ligadas a Reforma Psiquiátrica. A noção de

---

\* É Doutora e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, com estágio na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris. Professora Adjunta da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atuando no curso de graduação em História e como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em História. É coordenadora do Laboratório de Patrimônio Cultural (UDESC). Desenvolve investigações sobre os seguintes temas: patrimônio cultural, história da loucura, da psiquiatria, da lepra, do crime e da punição, história social da memória, gênero biográfico. [vivianetborges@gmail.com](mailto:vivianetborges@gmail.com)

alegoria faz referência aqui a teoria literária e pode ser percebida em algumas narrativas de estudos ligados a temática do patrimônio (GONÇALVES, 2002; CHOAY, 2001). Conforme Gonçalves (2002, p. 27), “a alegoria, como sugere a própria etimologia, representa uma coisa com o propósito de significar outra”. Consiste em uma forma de representação que está “baseada na própria desconstrução do seu referente”. A alegoria remete a uma situação de perda indissociável de uma necessidade de passado histórico, e ainda com uma permanente crença em um futuro mítico e redimido. Evidencia uma necessidade de um passado fundador e autêntico, desnudando simultaneamente o seu desaparecimento.

A narrativa empregada no Museu faz um diálogo permanente opondo transformação e permanência, compondo um jogo entre desaparecimento e reconstrução na busca por novos usos e novos significados ao modelo de psiquiatria representado pelo hospital. O Movimento da Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, que têm como palavras de ordem “por uma sociedade sem manicômios”, instituíram parte do hospital como Museu, como lugar de memória (NORA, 1984-1987; PINNA, 2003), o qual destina-se a preservar vestígios de um passado odioso da história da psiquiatria brasileira. Pensando o patrimônio como uma atitude política, é possível entender os usos dessa memória como uma reverberação do presente, fruto de uma nova maneira de lidar com a loucura. Desta forma, a análise do acervo do Museu torna-se fundamental para entender a sociedade que o produziu enquanto objetos históricos (MENESES, 2005, p. 20).

A abertura dos hospitais psiquiátricos à imprensa, possibilitou que reportagens-denúncia tornassem públicas as atrocidades vividas pelos internos. O Museu da Loucura pode ser percebido como alegoria do discurso da Reforma Psiquiátrica, criado com a finalidade de expor uma memória dolorosa, tornando pública uma história até então pouco conhecida. Patrimonializar esse sofrimento, transformar um hospício em lugar de memória, é um processo marcado pela expansão da noção de patrimônio cultural, observada nas últimas décadas. A exposição de longa duração e o acervo do Museu, operam no sentido de potencializar o discurso que visa o fechamento das instituições de internamento psiquiátrico. O presente artigo pretende analisar essa tessitura, mostrando as imbricações de dois discursos aparentemente distintos, o da Reforma Psiquiátrica e do patrimônio cultural, os quais possibilitaram a criação do Museu da Loucura.

## 2. Barbacena e a reforma psiquiátrica

A superlotação e as condições degradantes no Hospital Colônia de Barbacena ganharam notoriedade no final da década de 1970, ancoradas ao incipiente momento de abertura política, num lento processo de reconquista da democracia e dos direitos civis. A loucura tornou-se mais um fantasma a ser expurgado, e isso se deu por meio de uma ampla divulgação através da imprensa que passou a exibir de forma mais constante as imagens perturbadoras do cotidiano das instituições psiquiátricas brasileiras.

As denúncias eram instigadas por movimentos que se articulavam, vindo a formar o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, possibilitando as bases que conduziram as propostas para a Reforma Psiquiátrica brasileira<sup>1</sup>. Nesse período, a violência institucionalizada pelos espaços de internamento psiquiátrico passou a ser entendida sob a mesma ótica da violência cometida contra os presos políticos, os trabalhadores, enfim, os cidadãos de toda a espécie (AMARANTE, 2003).

É no período situado entre 1978 e 1980 que se reconhece, em geral, o começo das ideias que passaram a nortear a Reforma Psiquiátrica brasileira, um processo que segue nos dias de hoje. A Reforma propõe uma crítica conjuntural e estrutural ao sistema de saúde mental brasileiro, “ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas, dentro de toda a movimentação político-social que caracteriza a conjuntura de redemocratização” (AMARANTE, 2003, p.87). As primeiras manifestações de contestação ligadas ao setor da saúde ocorreram a partir de 1976, com a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e do movimento de Renovação Médica (REME) (LUCHMANN, 2007). As reivindicações exigiam aumento salarial, diminuição do número exagerado de consultas por turno de trabalho, além de trazerem à tona uma série de críticas à cronificação dos pacientes nos hospitais psiquiátricos, à superlotação<sup>2</sup> e ao uso de tratamentos como o eletrochoque, muitas vezes empregado

---

<sup>1</sup> Cabe salientar que são poucos os estudos sobre a história recente voltados à temática da loucura e suas práticas de assistência. Conforme Wadi (2009, p. 71): “Quando se enfatiza a história da assistência psiquiátrica no Brasil, as reflexões oriundas de diferentes áreas do conhecimento, remetem às nuances da chamada Reforma Psiquiátrica, buscando estabelecer uma genealogia da transformação da assistência e seu aparato institucional, enfatizando a ação de determinados sujeitos, porém, não existem estudos, especialmente estudos historiográficos, que discutam as especificidades do movimento em todas as unidades da federação”.

<sup>2</sup> A superlotação parece ter sido uma constante nas instituições psiquiátricas de diferentes regiões do país: “Ao fim da década de 1950 a situação já era caótica: o Juqueri abrigava 14 a 15 mil doentes. O mesmo ocorre em Barbacena, onde 3.200 enfermos desdobravam em verdadeira pletoira e com o Hospital São Pedro, de Porto Alegre, que acolhia 3.000 e só tinha capacidade para 1.700; os hospitais colônia de Curitiba e Florianópolis, de construção relativamente recente, já atingiam, cada um, a casa dos 800 pacientes, sem que suas instalações comportassem a metade dessa cifra” (RESENDE, 1987, p.54). Sem pretender esgotar o tema, a respeito da superlotação em diferentes períodos e em diferentes instituições ver Machado *et al.* (1978); Costa (1981); Cunha (1986); Engel (2001); Wadi (2002a, 2009);

como forma de punição dentro das instituições, propondo um trabalho de humanização dos serviços.

Foi essa realidade que possibilitou a incursão de jornalistas dentro de grandes hospitais, dispostos a desvelar o cotidiano dos internados, dando a Minas Gerais destaque nacional<sup>3</sup>. Neste processo, em 1978, o jornalista Hiram Firmino publicou no jornal Estado de Minas uma série de reportagens intituladas Nos Porões da Loucura, tratando da situação das instituições psiquiátricas mineiras, como o Hospital Galba Velloso e o Hospital Colônia de Barbacena. A intenção era denunciar as atrocidades cometidas em um espaço supostamente terapêutico, fazendo um paralelo entre o horror e as vivências pessoais, os pedidos de socorro, as tentativas de contato dos internos com parentes e amigos. Seguindo a mesma proposta, ainda em 1978 foi lançado o documentário de Helvécio Ratton, “Em nome da razão”, no qual o hospital de Barbacena foi mais uma vez desvelado de forma crua, através de imagens que potencializavam a dor descrita nas reportagens de Firmino.

O trabalho de Ratton foi exibido durante o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, realizado em 1979, em Minas Gerais. O evento contou com uma exposição fotográfica realizada no Hospital, um painel que contava a história da psiquiatria, além de objetos e audiovisuais sobre a assistência psiquiátrica, bem como a exibição de várias reportagens referentes à psiquiatria em todo o Estado de Minas Gerais, coletadas ao longo dos anos. Na ocasião, a presença dos psiquiatras Franco Basaglia e Robert Castel, sendo o primeiro o precursor e idealizador da Reforma Psiquiátrica na Itália, trouxe repercussão nacional ao caso de Barbacena. Basaglia assistiu ao documentário, visitou a instituição, e a comparou a um campo de concentração nazista. A situação trazida à tona era devastadora:

Entrar na Colônia era a decretação de uma sentença de morte. Sem remédios, comida, roupas e infraestrutura, os pacientes definhavam. Ficavam nus e descalços na maior parte do tempo. No local onde havia guardas no lugar de enfermeiros, o sentido de dignidade era desconhecido. Os internos defecavam em público e se alimentavam das próprias fezes. Faziam do esgoto que cortava os pavilhões a principal fonte de água (ARBEX, 2011)<sup>4</sup>.

---

Paulin, Turato (2004); Borges (2006, 2012). Sobre a superlotação no Hospital Colônia Sant’Ana (SC), ver Fontoura (1997) e Costa (2010).

<sup>3</sup> Barbacena não foi o único caso mostrado em rede nacional: em 1980, imagens da Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, foram mostradas em rede nacional em horário nobre. O lugar foi apresentado como “cidade dos rejeitados”, um espaço esquecido pela anistia e pelas comissões de direitos humanos. As imagens desvelavam pavilhões insalubres, superlotação, descaso.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/holocausto-brasileiro-50-anos-sem-punicao>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Barbacena já teria sido alvo de denúncias em 1961, quando o Jornal Diário da Tarde, de Belo Horizonte (MG) publicou uma reportagem denúncia envolvendo a instituição, gerando uma reação inesperada da opinião pública brasileira visto que alguns segmentos se manifestaram, inclusive, em oposição à continuidade das reportagens (ALVARENGA; NOVAES, 2007). As imagens eram fortes e perturbadoras, muitas delas hoje fazem parte do acervo do Museu e foram publicadas no livro *Colônia: uma tragédia silenciosa*, organizado por Jairo Toledo (2008). Contudo, a divulgação da tragédia não teve como resultado nenhuma mudança significativa no Hospital. Somente a partir de 1979, com a renovação das denúncias através do III Congresso Mineiro de Psiquiatria, da exposição, e da presença de Basaglia e de Castel em debates no Brasil que pode-se notar a busca por novos rumos.

### 3. Outros patrimônios

Conforme Lucimar Pereira, coordenadora técnica do Museu, desde a sua criação:

Em fevereiro de 1987 uma nova Exposição é montada no Palácio das Artes em Belo Horizonte, também com fotos, documentos, reportagens, objetos e instrumentos sobre o antigo Hospital Colônia. Essa Exposição ficou marcada como uma espécie de pedra fundamental do projeto de criação do Museu. O objetivo seria o resgate da história da assistência psiquiátrica pública em Minas Gerais e ainda servir como centro de documentação e pesquisa na área da psiquiatria. Assim iniciam as negociações para a instalação do museu (PEREIRA, 2011, p.35).

Para compreender a relação entre a criação de um espaço cultural e a Reforma Psiquiátrica, é preciso analisar o movimento sob uma perspectiva mais ampla, envolvendo diferentes segmentos sociais. Segundo Botti e Torrêzio:

Além da dimensão técnico-assistencial, que implica uma mudança das diversas maneiras de cuidado e dos serviços assistenciais, a dimensão epistemológica diz respeito às transformações no paradigma que fundamenta a psiquiatria, deslocando o saber privilegiado do modo asilar sobre a loucura para outras formas de compreensão. A dimensão jurídico-política inclui o conceito de cidadania e de direitos sociais e humanos em oposição às noções de periculosidade, alienação, inimputabilidade, que fundamentam e sustentam o modelo psiquiátrico tradicional. Assim, nascido do reclame da cidadania para o portador de sofrimento mental, o movimento desdobra-se em amplo e diversificado escopo de práticas e saberes (BOTTI; TORRÉZIO, 2014, p. 17).

A Reforma assume diferentes frentes de atuação que reverberam em diferentes áreas, tais como a saúde, a cultura, a justiça, as artes, a geração de renda e

trabalho, etc. (PITTA, 2011). A criação de um Museu atua em consonância com essa perspectiva. Tal possibilidade está ligada ainda à diversificação do processo de preservação do passado, incitado pela dilatação da noção de patrimônio cultural. Além disso, cabe citar a valorização da instituição museu nas últimas décadas, bem como a utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico, e os usos políticos de memórias ligadas à dor. Tais fatores serão analisados a partir de agora.

O patrimônio cultural é um discurso político que procura instituir a importância de determinados bens, materiais ou imateriais. A história da preservação dos bens culturais no Brasil inicia-se com a preocupação de se construir uma memória nacional atrelada a formação do estado nacional no século XIX, assentada sobretudo ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Data deste mesmo período a criação do Arquivo Nacional, previsto já na primeira Constituição do Império (1824), o qual tinha como uma de suas atribuições a sistematização de documentos considerados indispensáveis a construção do passado nacional. Nos anos 20 intensificam-se iniciativas de projetos de lei de parlamentares e a criação de órgãos estaduais ligadas a preservação do patrimônio. Na esteira desse processo, foi criada em 1934 a “Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais”, ligada ao Museu Histórico Nacional.

Em 1936 tem-se a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A proposta inseria-se na perspectiva integradora do Governo Vargas, objetivando preservar bens considerados relevantes para a história da nação, instituindo a arquitetura como marca nacional, através da seleção de edifícios em estilo barroco. Operando uma seleção que primava por bens de “pedra e cal” originários do período colonial, relegou-se uma série de outros ao esquecimento. Tal característica marca o IPHAN por cerca de 60 anos.

As mudanças tecnológicas provocaram o surgimento de novas relações com o tempo incitando uma revalorização do passado, engendrando uma busca por perpetuação que reverbera no social através de um verdadeiro surto de patrimonialização. Essa visão mais abrangente, de patrimônio como bens selecionados de nossa cultura, não necessariamente monumentais, sequer necessariamente materiais, está relacionada à identidade de comunidades e grupos (FONSECA, 2009). Conforme Hartog (2013, p. 233), “assim como se anunciam ou se reivindicam memórias de tudo, tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se”. Observa-se não mais apenas a valorização de uma memória nacional, a qual

despertaria o sentimento de pertencimento de vários segmentos sociais, mas sim a valorização da diversidade e com ela a ampliação do que seria entendido como patrimônio.

A possibilidade de ampliação da noção de patrimônio cultural nas últimas décadas, consolidada pela Constituição de 1988, permite pensar o patrimônio de uma maneira mais ampla e incluir lugares de memória vinculados a diferentes campos do social, como bens da saúde. Pensar as instituições de isolamento<sup>5</sup> sob o ponto de vista patrimonial é algo muito recente entre arquitetos, historiadores, museólogos e demais profissionais que poderíamos chamar “da memória” e “do patrimônio” (BORGES; SERRES, 2013). No que se refere ao patrimônio cultural da saúde, a própria definição ainda é pouco difundida e trabalhada entre os profissionais dedicados ao tema e refere-se, conforme definição da Rede Brasileira de Patrimônio Cultural da Saúde, “a um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural” (WEBER, 2010, p. 92).

Neste processo, observa-se nos últimos anos a proliferação de instituições de memória dentro de hospitais psiquiátricos. Sem pretender esgotar o tema, podemos citar o Museu da Loucura, pioneiro no país, criado em 1996, o Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea, criado em 2001, na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro; Memorial do São Pedro, criado em 2002, no Hospital São Pedro, em Porto Alegre; Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant’Ana, criado em 2011, no antigo Hospital Colônia Sant’Ana, atual Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina. Tais instituições culturais possuem especificidades próprias, mas todas funcionam nas dependências de antigos hospitais psiquiátricos, visando de alguma forma salvaguardar a memória institucional<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Foucault chama estes espaços de instituições de sequestro, os quais se multiplicaram ao longo do século XIX, objetivando três funções imbricadas: o controle do tempo, do corpo e da produção de um saber a respeito dos indivíduos submetidos ao olhar controlador. São instituições especializadas, “as fábricas feitas para produzir, os hospitais, psiquiátricos ou não, para curar, as escolas para ensinar, as prisões para punir -, o funcionamento destas instituições implica uma disciplina geral da existência que ultrapassa amplamente as suas finalidades aparentemente precisas”, controlando toda a existência dos indivíduos (FOUCAULT, 2013, p.116). Utilizaremos tal conceito para pensar espaços como estes no século XX, nos referindo aqui a hospitais psiquiátricos e prisões, entendidos como espaços que mediarão as iniciativas governamentais de controle e proteção.

<sup>6</sup> Cabe aqui citar outras iniciativas importantes ligadas a preservação das obras de internos de instituições psiquiátricas, mas que se diferem da perspectiva contemporânea de patrimonialização aqui problematizada, visto que ligavam a necessidade de preservação a finalidades fundamentalmente terapêuticas. Uma delas é o Museu de Imagens do Inconsciente, criado em 1952 sob a iniciativa da psiquiatra Nise da Silveira, surgido em consequência da Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação, visando abrigar os trabalhos produzidos por pacientes nos ateliês de pintura e modelagem do Centro Psiquiátrico Pedro II (DIONISIO, 2001). Outro exemplo é o primeiro museu estabelecido na Colônia Juliano Moreira, também datado de 1952, denominado Museu Egas Muniz, em homenagem ao psiquiatra que em 1936 criou a lobotomia. A inspiração para o surgimento do museu deu-se no Primeiro

A criação do Museu da Loucura não foi uma resposta imediata às denúncias que marcaram o início das discussões ligadas a Reforma Psiquiátrica no país. Entre 1985 e 1986 o hospital passa a se chamar Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena e uma série de transformações na estrutura física e no tratamento destinado aos doentes visando a humanização através de iniciativas que buscavam a reintegrar o paciente ao convívio social (RESGALLA, 2003). Na década de 90 tem-se a consolidação desse processo, e na sua esteira a possibilidade de se colocar em prática projetos culturais, como o Museu da Loucura<sup>7</sup>. Entre o espanto de Basaglia frente a exibição do documentário de Rattón no III Congresso Mineiro de Psiquiatria, e a criação do Museu passaram-se 17 anos. Neste processo, a escolha da instituição museu para abrigar os vestígios do Hospital de Barbacena pode ser entendida como uma reverberação do movimento de valorização destes espaços ocorrido nas últimas décadas.

Ao longo da década de 1970, os museus receberam fortes críticas, vindas dos mais diversos campos do saber, que condenavam tais espaços como lugares que representavam apenas as histórias oficiais e as elites. A partir desse período observa-se uma renovação que permitiu a integração dos museus às diferentes realidades locais e a defesa do patrimônio cultural ligado às minorias e aos marginalizados.

Nas últimas décadas, acompanhando a dilatação do próprio conceito de patrimônio cultural, percebe-se o crescimento do número de museus:

Atualmente, observamos o que muitos denominam como sendo a era dos museus e, embora o papel desempenhado por eles ainda seja criticado, principalmente por aqueles que têm ressalvas à indústria

---

Congresso Mundial de Psiquiatria, ocorrido em Paris no ano de 1950. No evento, foi realizada uma exposição de trabalhos realizados por pacientes psiquiátricos de 17 países. O Brasil participou da mostra, enviando 236 peças executadas por internos do Juqueri (de São Paulo), do Centro Psiquiátrico São Pedro (Rio de Janeiro), e da Juliana Moreira. As criações de Arthur Bispo do Rosário, que em 1950 completava 11 anos de internação, ficaram fora da exposição. A razão para a ausência de seus trabalhos talvez seja o fato dele nunca ter participado dos ateliers de arte-terapia, cujas atividades motivavam a referida mostra e a criação do museu. Em 1982, após ter permanecido fechado por um extenso período, e depois de uma longa reforma, o Museu foi reaberto e batizado de Museu Nise da Silveira, uma homenagem a essa psiquiatra de forte oposição aos tratamentos psiquiátricos vigentes na década de 1940, como o eletrochoque e a lobotomia. Até 2001 a perspectiva do museu ainda era preservar as criações de pacientes ligadas a arte terapia, entendendo estas serviriam para uma melhor compreensão dos sintomas de suas doenças. Ao tornar-se Museu Arthur Bispo do Rosário de Arte Contemporânea o museu passa a entender as obras dos internos apenas como arte, abrigoando criações espontâneas dos internos e não apenas aquelas realizadas no contexto de terapia ocupacional ou ateliers. A escolha dos nomes acaba por sintetizar diferentes momentos intelectuais e político-sociais da ciência psiquiátrica: em 1950, a psiquiatria tradicional está no seu auge; em 1982, a psiquiatria mostra-se impregnada pelas contestações em relação às condições de internamento, e em 2001 a psiquiatria sendo perpassada por novas perspectivas trazidas pela Reforma Psiquiátrica.

<sup>7</sup> Mesmo com essas transformações, o hospital ainda abriga 171 pacientes que não têm vínculo familiar continuam na instituição. Ver: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/mesmo-com-fim-de-hospicio-barbacena-ainda-registra-171-pacientes>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

cultural, é notório o sucesso dos museus junto ao público e crescente o número de análises que o consideram um espaço dinâmico e criador de narrativas culturais múltiplas, capazes de atender a um público diferenciado (SANTOS, 2004, p. 54).

A partir dos anos 80 observa-se um número cada vez maior de museus, não apenas no Brasil, mas em diferentes partes do mundo. O museu torna-se o filho favorito entre as instituições culturais (HUYSEN, 2000), espaço que procura se abrir ao grande público. Tal fenômeno pode ser pensado como “uma resposta a demandas mais localizadas e como parte de um movimento que tornou mais diversificado o processo de preservação do passado”. O boom dos museus a partir da década de 1980 deve-se a fatores como a possibilidade de captação de investimentos, a possibilidade de atrair um número maior de visitantes, consequência do aumento do fluxo de turistas, devido a facilidade das viagens, dentre outros fatores, atendendo a demandas específicas, que se diversificaram de uma memória tradicional anteriormente vinculada em narrativas nacionalistas e autoritárias (SANTOS, 2004, p. 59)<sup>8</sup>.

O aumento das iniciativas de patrimonialização e museificação parecem “fazer parte de um processo bem mais vasto de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico” (JACQUES, 2008, p. 32). No caso do Museu da Loucura, a proposta de criação de um espaço museal procurava tornar Barbacena uma cidade turística, contando com o apoio da Prefeitura. A iniciativa estava inserida no plano de revitalização cultural da cidade, intitulado “Projeto Memória Viva”, o qual intencionava criar um roteiro cultural e turístico em Barbacena. O projeto de criação do Museu foi concretizado através de um convênio entre a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), através do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena – CHPB, e a Prefeitura Municipal de Barbacena, através da Fundação Municipal de Cultura - FUNDAC.

Um dos agentes mais emblemáticos nesse processo foi o fundador do Museu, o psiquiatra Jairo Furtado Toledo. No livro de Arbex (2013, p. 241), Toledo é colocado como uma espécie de guardião da memória da instituição, o acervo por ele “resgatado” ao longo dos anos que foi responsável por dar conteúdo ao Museu. Ele foi um dos responsáveis por articular o III Congresso Mineiro de Psiquiatria em 1979 e pela exposição realizada durante o evento. Conforme apontando anteriormente, a

---

<sup>8</sup> Conforme Santos (2014, p. 59), “quando observamos o crescimento dos museus ao longo do século XX, o aspecto a ser destacado é que a maior parte deles, isto é, 81,24% dos museus atualmente existentes, foi criada apenas nas últimas quatro décadas, sendo que o grande aumento do número de museus ocorreu nos anos de 1980, com uma queda desse crescimento na década seguinte”.

exposição tratava da história da psiquiatria no Brasil, focando no caso de Minas Gerais e contou com objetos e documentos relacionados ao Hospital e reunidos por Toledo. Seu ingresso em Barbacena ocorreu também em 1979, ocupando cargos de direção desde meados da década de 1980, sendo o principal idealizador do Museu e seu primeiro diretor.

Toledo é instituído como uma figura simbólica, que teria iniciado as primeiras reestruturações que abriram caminho para a Reforma Psiquiátrica em Barbacena. Arbex (2013, p. 238) aponta que ainda em 1979 o psiquiatra teria “começado a mudar as coisas”, transferindo os 33 menores que até então estavam internados em meio aos adultos, “transferidos para local mais adequado”. Outras mudanças ocorridas na década de 1980 são atribuídas a Toledo como a regulação das transferências de internos de outras instituições de forma indiscriminada para Barbacena, o que contribuía para a superlotação da instituição. Em 1986, Toledo foi eleito diretor do Hospital pela primeira vez, e desde então vem ocupando cargos decisivos dentro da instituição e na própria cidade, como o de vice-prefeito (ARBEX, 2013).

O psiquiatra é também um dos responsáveis por relacionar a memória da instituição à memória do holocausto. Em um artigo intitulado *Uma verdade incomoda* (2014), traça a comparação colocando que os espaços, embora envolvidos por contextos diferentes, carregariam “a mesma carga simbólica”: “Assim como em Auschwitz, que apenas dois anos depois do fim da guerra era transformado em memorial, o torreão do Hospital Colônia de Barbacena, testemunha muda dos anos de sofrimento, passou a falar para o futuro sobre tudo o que aconteceu ali”<sup>9</sup>.

Daniela Arbex corrobora com essa perspectiva:

Na cidade do Holocausto brasileiro, mais de 60 mil pessoas perderam a vida no Hospital Colônia, sendo 1.853 corpos vendidos para 17 faculdades de medicina até o início dos anos 1980, um comércio que incluía ainda a negociação de peças anatômicas, como fígado e coração, além de esqueletos (ARBEX, 2011)<sup>10</sup>.

A utilização do Holocausto como metáfora atua como categoria fundamental para legitimar a preservação de memórias traumáticas através da criação de um museu, potencializando seus significados<sup>11</sup>. Toledo (2014) aponta a preservação de

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=83&secao=1364&mat=1514>>. Acesso em: 29 Jun. 2012.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/cidade/holocausto-brasileiro-50-anos-sem-punic-o-1.989343>>, Acesso em: 29 Jun. 2012.

<sup>11</sup> A respeito do uso do holocausto como metáfora para outras tragédias, Huysen (2000, p. 13) coloca que “é precisamente a emergência do Holocausto como uma figura de linguagem universal que permite à memória do Holocausto começar a entender situações locais específicas, historicamente distantes e

Barbacena como uma necessidade “moral”, uma forma de “exorcizar o que está feito e não pode ser mudado”.

A entrada do psiquiatra em Barbacena e as transformações possíveis dentro da instituição no período são reverberações do processo ainda incipiente de Reforma Psiquiátrica. Em 1980, quando o governo estadual implantou o Projeto de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Pública, dando início ao processo de transformação dos hospitais públicos mineiros, uma resposta às denúncias relacionadas a Barbacena no ano anterior que sacudiu as demais instituições psiquiátricas do país (VIDAL; BANDEIRA; GONTIJO, 2008). Entre 1985 e 1986, momento em que Toledo se torna diretor, é possível observar algumas mudanças na estrutura físico-funcional do antigo Hospital Colônia. Neste período, o Hospital foi renomeado Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB), marcando simbolicamente uma nova fase caracterizada por um lento processo de humanização (RESGALLA, 2003). Cabe destacar que o processo de transformação institucional motivado pela Reforma Psiquiátrica foi marcado por muitas permanências, tanto em Barbacena como em outras instituições do país, contudo ainda são poucos os estudos a respeito de suas especificidades nos diferentes estados<sup>12</sup>.

[...] em sua singularidade no campo da assistência psiquiátrica, o município conservou o modelo hospitalocêntrico e o paradigma psiquiátrico como norteadores de sua política. Com ações caracterizadas pela ausência de normatização e critérios de regulação, manteve internações abusivas, tempo médio de internação extenso e, conseqüentemente, práticas consideradas violentas para os pacientes (ALVARENGA; NOVAES, 2007, p. 582).

#### 4. O Museu e o Festival da Loucura<sup>13</sup>

A história do tempo presente foi arrebatada por um verdadeiro surto memorialístico, que se alastrou inclusive pelos espaços e as experiências ligadas a dor, ao sofrimento e ao trauma. Esses locais parecem constantemente estreitar a distância entre passado e presente, possibilitando que as futuras gerações relembrem tragédias que não vivenciaram. A maquinaria patrimonial, através da proliferação de

---

politicamente distintas do evento original. No movimento transnacional dos discursos de memória, o Holocausto perde sua qualidade de índice do evento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias”.

<sup>12</sup> A este respeito ver (BORGES, 2013b), (WADI, 2009).

<sup>13</sup> O presente artigo refere-se a visita realizada em 2012 ao Museu. Atualmente o espaço esta passando por um processo de revitalização. Ver: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/12/revitalizacao-do-museu-da-loucura-e-entregue-nesta-quinta-em-barbacena.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

lugares para o depósito de lembranças levou ao alargamento do entendimento do que deve ser entendido como patrimônio cultural (JEUDY, 2005). Esse processo permitiu a apropriação de espaços e vivências ligadas ao sofrimento, instituindo novos significados, representações possíveis, através do patrimônio da dor e do sofrimento, aquilo que podemos nos referir como patrimônio difícil (LOGAN; REEVES, 2009, p.18), patrimônio sombrio (MENEGUELLO, 2014) ou patrimônio marginal (BORGES, 2013a)<sup>14</sup>.

Instituir um lugar de memória dentro do velho Hospital, parece cumprir uma dupla função, ou seja, a criação de um espaço cultural de potencial econômico voltado ao turismo, e ao mesmo tempo, a preservação de uma memória em vias de esquecimento. Em 2014, o Museu passou por uma revitalização que procurou relacionar definitivamente o espaço ao movimento antimanicomial e a um evento, o Festival da Loucura, cujo objetivo é atuar no processo de desestigmatização:

Segundo informações da Prefeitura de Barbacena, a revitalização vai reforçar o papel do Museu em narrar a trajetória da loucura, mostrando as mudanças dos trabalhos relacionados à saúde mental não só da cidade, como do Brasil. Os trabalhos expostos terão informações relacionados à Luta Antimanicomial e do Festival da Loucura<sup>15</sup>.

O Festival da Loucura, realizado desde 2006, conta com o apoio da Prefeitura, do Governo Estadual e do Governo Federal. O evento pode ser entendido como parte da dimensão sociocultural do processo de Reforma Psiquiátrica, atuando de forma conjunta ao Museu, que passa a abordá-lo dentro do espaço museal, tornando-o parte da história do hospital e da cidade. Conforme Jairo Toledo:

A loucura, é apresentada como um produto aos turistas que acorrem à cidade para visitar o museu e participar do Festival da Loucura. Segundo Toledo, a experiência de Barbacena mostra como uma cidade pode transformar uma história triste em uma oportunidade de crescimento<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Na América Latina, casos como Museu de la Memoria, na Argentina, criado junto ao espaço da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), onde funcionou, entre 1976 e 1983, o Centro Clandestino de Detenção; e do Memorial da Resistência de São Paulo, no Brasil, no local onde funcionava, entre 1940 e 1983, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), lugares marcados por torturas, desaparecimentos e mortes, desvelam a emergência de políticas de memória que intencionam patrimonializar passados traumáticos, como forma de apaziguar o presente e como reparação às vítimas, servindo como exemplos para que isso não mais se repita.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/12/revitalizacao-do-museu-da-loucura-e-entregue-nesta-quinta-em-barbacena.html>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=42683>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Observa-se a utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico atuando de forma conjunta com os usos políticos de uma memória ligadas a dor. Durante três dias, shows, intervenções teatrais, palestras e seminários procuraram tratar do tema da loucura, expondo a história da instituição e seus internos. Botti e Torrêzio, ao analisarem os significados do Festival, apontam que o evento possui um caráter de:

resgate histórico e de mudança de paradigma, possibilitando ao público revisar a história da assistência psiquiátrica em Barbacena sob uma perspectiva cultural, social, intelectual e artística que mostra que a loucura não impede a convivência social; é evento inusitado mesclando arte e insanidade para discutir os preconceitos acerca da loucura, configurando-se, também, como evento acadêmico e turístico-cultural com uma programação diversificada para um público diverso. Por fim, identifica-se que o evento ainda apresenta caráter polêmico com manifestação de grupos religiosos contrários à realização do Festival (BOITI; TORRÉZIO, 2014, p. 219).

Não encontramos maiores informações a respeito das manifestações contrárias ao Festival citadas pelas autoras, mas elas coadunam com o que é descrito no livro de Daniela Arbex (2013). Segundo a jornalista, as duas placas instaladas na BR-240, com os dizeres “Visite o Museu da Loucura” foram retiradas da estrada nos anos 90, por ordem de políticos contrários a criação do espaço. Arbex salienta ainda que, apesar dos esforços em negar a tragédia da qual o Colônia foi palco, o museu que se destina a contá-la é o mais visitado por turistas (ARBEX, 2013, p. 242). Pereira (2010) afirma que o Museu chegou a receber cerca de 840 visitantes por mês, vindos de diferentes estados do Brasil e também do exterior. Estima-se que desde a sua criação o local tenha recebido 93 mil pessoas<sup>17</sup>. De acordo com dados mais atuais:

a previsão é de que o Museu da Loucura volte a receber visitação no primeiro semestre de 2015. Criado em 1996, a instituição recebe uma média de 1.100 visitantes por mês. E em 18 anos já recebeu 131.156 visitantes registrados no livro de assinaturas<sup>18</sup>.

Museus são instituições sociais, culturais e históricas, responsáveis por argumentos culturais, políticos e éticos, ligando-se, por isso, a uma temporalidade e às peculiaridades de determinada sociedade. São instituições que trazem à tona vestígios do passado, selecionados à luz do presente e de seus interesses. A relação com o

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.fhemig.mg.gov.br/banco-de-noticias/235-complexo-de-saude-mental/1815-museu-da-loucura-15-anos-coragem-para-contar-uma-historia>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/12/revitalizacao-do-museu-da-loucura-e-entregue-nesta-quinta-em-barbacena.html>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

patrimônio traduz a relação que determinada sociedade decide estabelecer com o tempo, “um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo” (HARTOG, 2013, p.197), dando sentido ao passado. O Museu da Loucura conjura uma memória ligada à dor, coloca-se como instituição transformadora, que se propõe a modificar o enfoque sensacionalista e desumano que era dado pela sociedade ao tema loucura em uma abordagem esclarecedora e desmistificadora. Neste sentido, o Museu atua sob a perspectiva da função social dos museus na contemporaneidade, vinculando-se às questões sociais, “tendo como objetivo maior o público usuário, imprimindo-lhe uma função crítica e transformadora na sociedade” (JULIÃO, 2006, p. 27). O comprometimento de uma instituição museológica em evidenciar e problematizar o sofrimento pode ser entendido como uma forma de incitar a reflexão, contribuindo para erradicar aquilo que já não se quer mais no presente. De acordo com Farge (2011, p. 23): “trabalhar sobre sofrimento e crueldade em história é também querer erradicá-los hoje. Explicando os dispositivos e os mecanismos de racionalidade que os fizeram nascer, o historiador pode fornecer os meios intelectuais de suprimi-los ou de evitá-los”.

A criação de um Museu nas dependências de um dos maiores hospitais psiquiátricos brasileiros possibilita perceber que memórias ligadas ao sofrimento vêm sendo utilizadas através de um discurso político que ao torna-las públicas procura provocar reflexão. O Museu, entendido como um lugar de memória, é resultado de uma vontade de memória, organizando o que deve ser lembrado de forma intencional e seletiva<sup>19</sup>. Como alegoria do discurso da Reforma Psiquiátrica, o Museu atua através de um discurso apaziguador, para que “o passado de horrores e equívocos nunca volte a acontecer”.

O Museu da Loucura [...] foi inaugurado em 16 de agosto de 1996 com o objetivo de resgatar a memória do hospital para que o passado de horrores e equívocos nunca volte a acontecer e ainda colaborar no projeto de reabilitação psicossocial do portador de transtorno psíquico, promovendo o elo sociedade-instituição (PEREIRA, 2011, p. 13).

---

<sup>19</sup> Os caminhos trilhados pela recepção deste conceito resultaram em apropriações diversas e por vezes conflitantes. A noção ganhou novos usos, os quais por vezes se afastam da problematização crítica a respeito dos usos do passado e das batalhas de memórias, incitadas por Nora, caminhando para uma banalização elogiosa sobre o passado recordado. Tal noção é aqui utilizada para problematizar os usos do passado através da constituição de um espaço destinado à rememoração dentro de uma instituição psiquiátrica.

## 5. O acervo e a exposição

O acervo da instituição é composto por documentos textuais, fotografias e objetos museológicos. Os primeiros são livros, fichas, e outros registros ligados às internações dos pacientes, abrigados em uma sala que funciona como reserva técnica e arquivo, na qual o acesso é restrito. Dentre os documentos, vale destacar os 15 cadernos com capas coloridas onde estão assentados os registros reveladores de que as faculdades de medicina de diferentes regiões do país compravam corpos, ossos e órgãos dos internos mortos. As anotações vão de agosto de 1969 a junho de 1981: em 12 anos foram 1.873 corpos vendidos.

Os referidos cadernos, bem como inúmeras reportagens posteriores sobre Barbacena, não estão expostos no Museu, mas sua presença perpassa a exposição, servindo de legenda à imagem de um interno deitado ao sol com o rosto coberto:

Durante décadas o Hospital Colônia vendia às escolas de medicina cadáveres de pacientes que morriam às centenas sem que ninguém reclamasse por seus corpos. Para o fornecimento de ossos, corpos eram cozidos em tambores de gasolina, diante dos outros pacientes.<sup>20</sup>

As fotografias expostas tratam das edificações e das festas ocorridas na instituição ao longo dos anos, bem como dos pacientes. As imagens procuram tornar evidente ao visitante as transformações no tratamento destinado aos doentes, mostrando um “antes e depois” da Reforma Psiquiátrica. Neste processo, a tonalidade das imagens ganha importância, o acervo é predominantemente preto e branco. O documentário de Ratton também age nesse mesmo sentido, mostrando um lugar cinzento, instituindo uma imagem sombria do espaço a ser denunciado como um campo de concentração.

As fotos da visita de Basaglia ganham destaque na exposição, mostrando o psiquiatra italiano em contato com os internos, conversando, andando pela instituição. Os registros de sua presença fazem parte do acervo, e certamente constituem um dos principais marcos que possibilitaram a criação do Museu e a tentativa de humanizar o tratamento destinado a loucura. Esse ‘antes’ e ‘depois’ da Reforma Psiquiátrica, constitui um discurso consolidado, um marco entre duas realidades que se deseja instituir como distintas. A própria localização do Museu, dentro das dependências do Hospital, coloca o visitante em contato com essa realidade, ou seja, entre a história de horror evidenciada pelo acervo exposto e as testemunhas, sobreviventes do

---

<sup>20</sup> Texto de legenda de uma imagem que se encontrava no Museu quando da visita da autora em 2012.

'holocausto brasileiro', que circulam livremente pela instituição, conversando com os visitantes, contando suas experiências (BORGES, 2012).

Alguns objetos expostos foram retirados de seu uso ordinário e resinificados por seu valor patrimonial de forma abrupta, e de um dia para o outro passaram a ocupar o espaço museológico. Conforme a diretora técnica do Museu, os uniformes ainda em uso foram buscados na lavanderia, com a intenção de preservar um exemplar feminino e outro masculino, e colocados em exposição. De forma geral, determinados objetos são investidos de valor patrimonial e guardados por anos em instituições públicas ou particulares de origem, até serem finalmente, e somente em determinados casos, doados à espaços de salvaguarda, como memoriais e museus. No caso do Museu da Loucura, não existiu essa lacuna temporal, muitas vezes necessária para que alguns objetos adquiram valor patrimonial. Os pacientes ainda usavam os uniformes que passaram a fazer parte do Museu, ou seja, a realidade que não se queria mais no cotidiano ainda encontrava-se em plena transformação, ao mesmo tempo em que era musealizada, tornando-se memória.

Outros objetos atuam sob essas mesma perspectiva: aparelhos de eletroconvulsoterapia e de Raios-X, equipamentos para manipulação de medicamentos, medidores de pressão arterial, instrumentação cirúrgica e vários materiais médicos, farmacêuticos e de enfermagem. Cabe citar ainda uma pequena sala, na qual uma câmara acústica simula o ambiente do bloco cirúrgico onde era realizada a prática da lobotomia<sup>21</sup>. Nela é possível ver um crânio de um interno e ao seu lado os instrumentos utilizados para a prática, além de imagens de Raios-X que mostram cirurgias realizadas no hospital.

Os três aparelhos de eletrochoque expostos no Museu da Loucura são acompanhados por um manual: "Instruções para operar com o aparelho de eletrochoque JAFAR Modelo-08 A". Consta ainda uma legenda:

#### Aparelho de Eletrochoque

Usado desde os anos 30, na maioria das vezes o choque era aplicado sem anestesia. O paciente mordía uma placa de látex para não quebrar os dentes. As convulsões provocadas de forma errada resultavam em fraturas quando o paciente se debatia.

<sup>21</sup> A lobotomia é uma psicocirurgia, uma técnica cirúrgica usada no tratamento das doenças mentais. Foi desenvolvida por Egas Moniz na primeira metade do século XX. Consistia na abertura de orifícios na parte sagital do crânio, para (seccionamento) retirada das fibras nervosas dessa região do cérebro. O procedimento transformava pacientes agressivos em pessoas calmas e apáticas. Disponível em: <<http://www.dicionariomedico.com>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

O aparelho de eletrochoque foi criado no final da década de 1930, sendo utilizado muitas vezes como punição e sem atender a critérios básicos, como o uso de anestesia. No Brasil, o uso do eletrochoque em pacientes psiquiátricos foi regulamentado pelo Projeto de Lei 4901/2001, ano em que foi aprovada a Lei da Reforma Psiquiátrica, restringindo sua utilização, limitando-a a casos excepcionais como, por exemplo, aqueles que envolvem depressões gravíssimas e onde os pacientes não respondem à medicação<sup>22</sup>.

Os aparelhos expostos no Museu tornam-se objetos de reflexão, seu compromisso não é mais com o passado doloroso que transformou um tratamento em punição, mas com o presente, pois é na atualidade que eles adquirem a categoria de objetos museológicos, respondendo as preocupações atuais comprometidas com a Reforma Psiquiátrica. O eletrochoque não é apenas vestígio de um passado odioso, mas torna-se fonte para reflexão sobre o seu uso como punição, sobre a conversão de um espaço de tratamento em lugar de tortura, sofrendo uma metamorfose quando inserido em um espaço expositivo. Dentro do Museu ele é resignificado, torna-se objeto-denúncia, desnuda uma realidade perturbadora, e permite que o visitante reflita sobre ela. Assim, o decurso do tempo, que permitiu uma nova maneira de lidar com a loucura e o desrespeito aos direitos humanos, constitui um elemento de suma importância para que esse objeto tenha se tornado um objeto histórico (MENESES, 2010, p. 19).

Desta forma, os mesmos objetos que serviram como evidências para justificar as denúncias e a necessidade de mudanças, hoje são considerados objetos museológicos. A criação do Museu e a exibição de peças do cotidiano psiquiátrico evidencia uma nova sensibilidade em relação à loucura. Tais peças não servem mais para agredir, prender, punir, uniformizar, ou legitimar um diagnóstico, eles perderam suas funções originais, passaram a ser valorados como parte de uma realidade perturbadora que não serve mais ao presente. Conforme Ramos:

Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses (RAMOS, 2004, p.19).

<sup>22</sup> Cabe destacar ainda que atualmente, conforme o artigo 4 do referido projeto: “todas as aplicações de eletroconvulsoterapia deverão ser comunicadas ao Ministério Público no prazo das 24 horas posteriores a sua realização”. A respeito da Reforma Psiquiátrica no Brasil ver: Desviat (1999); Tenório (2002); Paulin, Turato (2004); Luchmann, Rodrigues (2007); Bueno, Caponi (2009); Wadi (2009), Borges (2013), citando apenas alguns exemplos

A força do acervo do Museu da loucura corrobora uma postura crítica capaz de contribuir para que o objeto, objetivado pelo discurso do Museu, participe do movimento de transformação social que possibilitou que suas condições utilitárias fossem questionadas e revistas. Tornam-se assim “objetos-portadores-de-sentidos”, e desta forma, seu uso converte-se em “valor cognitivo”, alimentando e acentuando determinada memória ligada a denúncia e a demanda por mudanças (MENESES, 1992, p. 12).

Exposições devem sensibilizar os visitantes por meio de determinados arranjos de memória e da afetividade, a qual compõe o ato de lembrar aquilo que não se viveu, mas que, de alguma forma, gera empatia (RAMOS, 2004). A última sala do Museu, procura aproximar o visitante dos internos que ainda hoje vivem no Hospital. O espaço é cercado por fotografias feitas na década de 1990, momento de criação do Museu, que evidenciam os internos em preto e branco, mas sem angústia ou sofrimento. Mostram pessoas em sua grande maioria já idosas, marcadas pelos anos de confinamento, mas que preservaram sua individualidade, seja na maneira de pentear o cabelo, no uso incomum de uma peça roupa, no chapéu escolhido para posar para a foto, no sorriso exagerado ou na tristeza de um olhar vazio.

É a reflexão a respeito deste acervo que permite pensar seu valor patrimonial. Segundo Meneses:

os museus não serão espaços anacrônicos e nostálgicos, receosos de se contaminarem com os vírus da sociedade de massas, mas antes, poderão constituir extraordinárias vias de conhecimento e exame dessa mesma sociedade. Serão, assim, bolsões para os ritmos personalizados de fruição e para a formação da consciência crítica, que não pode ser massificada (MENESES, 1994, p. 14).

O Museu exhibe objetos que faziam parte do cotidiano asilar, os quais se encontram fora de seu uso ordinário, e, portanto, capazes de atrair a observação, mas que são estranhos a vida corrente da maioria de seus visitantes, e por essa mesma razão capazes de incorporar nessas experiências alheias, suscitando a solidariedade e a reflexão. Eles podem ser entendidos como objetos históricos que respondem as necessidade do presente e não do passado, pois é na atualidade que são configurados ou reproduzidos como categoria de objeto (MENESES, 1994, p. 19). São documentos/monumentos. Nesse sentido, não são meros indícios de uma realidade a eles exterior, como “qualquer coisa que fica por conta do passado”, mas produtos “da sociedade que o(s) fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2006, p. 535-536).

## 6. Considerações finais

Pensar a constituição do Museu da Loucura implicou problematização de questões ligadas a saúde pública e ao patrimônio cultural na atualidade, no intuito de entender as condições sociais e políticas que possibilitaram a criação de um espaço museal dentro de um dos maiores hospitais psiquiátricos do país. O processo aqui analisado encontra-se em curso, sendo o pesquisador contemporâneo do objeto que pretende analisar, partilhando com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais” (CHARTIER, 2000). Conforme Bédarida (2000), a história do tempo presente, “mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto objeto de uma renovação sem fim”.

A Reforma Psiquiátrica propôs iniciativas distintas que adentram por diferentes áreas, atuando assim não apenas no campo da saúde, mas também na cultura, na justiça, nas artes, etc. A constituição do Museu da Loucura pode ser entendida como ressonância do alcance do movimento, possibilitada ainda pela diversificação do processo de preservação do passado provocado pela expansão da noção de patrimônio cultural. Conforme ressaltado, soma-se a estes fatores a valorização da instituição museu nas últimas décadas, bem como a utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e os usos políticos de memórias ligadas à dor.

A formação de uma consciência crítica se dá através de espaços que inspirem a reflexão, lugares capazes de suscitar novos arranjos sociais. O Museu da Loucura se tornou lugar de memória, investido de uma aura simbólica (NORA, 1993), um espaço ligado a um movimento de luta pela desestigmatização da doença. A instituição tornou-se uma alegoria do discurso da Reforma Psiquiátrica, tornando pública uma memória dolorosa, evidenciando uma história até então pouco conhecida, fazendo uso político de uma memória traumática.

A criação do Museu e a exibição de peças do cotidiano psiquiátrico enquanto objetos museológicos evidencia uma nova sensibilidade em relação à loucura. Tais objetos não servem mais para agredir, prender, punir, uniformizar, ou legitimar um diagnóstico, eles não atendem mais as suas funções originais, eles passaram a ser valorados como vestígios de um passado doloroso. Os usos públicos e políticos dessa memória ligada a dor indica uma perspectiva mais ampla, configurando uma memória que procura representar todas as instituições psiquiátricas brasileiras e o sofrimento

vivido por seus internos ao longo dos anos. Tal discurso pretende acertar as contas com um passado perturbador, tornando memorável não os acontecimentos propriamente ditos, mas reconhecendo e difundindo o sacrifício dos envolvidos, e mais que isso, suas atitudes de resistência à dor e a homogeneização da existência que caracteriza algumas instituições de internamento, exercendo uma função social em que recordar assegure a transmissão do sentido memorável atribuído às tragédias e às experiências traumáticas (JEUDY, 1995, p. 59).

## Agradecimentos

A autora agradece o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), obtido na Chamada Universal (MCTI/CNPq 14/2014), sem o qual não poderia ter realizado esta pesquisa.

## Referências

- ALVARENGA, Lys Teixeira de; NOVAES, Cristiane de Oliveira. Estratégias na reforma psiquiátrica no município de Barbacena: a cooperação entre gestor público e o terceiro setor. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, v.14, n.2, p.571-593, 2007.
- ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida*. A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- ANDRADE, Ana Paula Müller de. Sujeitos e(m) movimentos: uma análise crítica da reforma psiquiátrica brasileira na perspectiva dos experientes. 2012. 308 f. *Tese* (Doutorado), Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012. Orientador: Sônia Weidner Maluf
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. p.219-229.
- BOTTI, Nadja Cristiane Lappann; TORRÉZIO, Michele Cecilia Silva. Festival da loucura e a dimensão sociocultural da Reforma Psiquiátrica. *Psicologia & Sociedade*, n.26 (espe.), p.212-221, 2014.
- BORGES, Viviane Trindade. A nossa sociedade produziu esse tipo de instituição. In: MORGA, Antônio Emilio (Org.). *História da Saúde e da Doença*. 1ed. Itajaí: Casa Aberta, 2012. p.123-142.
- BORGES, Viviane Trindade; SERRES, Juliane C. P.. Leprosários e Hospitais Psiquiátricos: lugares de história, lugares de memória. In: GONZÁLEZ, Ana María Sosa; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; ASHFIELD, William Rey (Orgs.). *Patrimônio Cultural: Brasil e Uruguai os processos de patrimonialização e suas experiências*. 1ed. Pelotas: UFPEL, 2013. p. 202 - 219.
- BORGES, Viviane Trindade. Arquivos marginais: crime e loucura em Santa Catarina (1930 - 1970). In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais...* do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar, 2013a. s/p.
- BORGES, Viviane Trindade. Um 'depósito de gente': as marcas do sofrimento e as transformações no antigo Hospital Colônia Sant'Ana e na Assistência Psiquiátrica em Santa Catarina (1970-1996). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 20, p.1531-1549, 2013b.

- BORGES, Viviane Trindade. Do esquecimento ao tombamento : a invenção de Arthur Bispo do Rosário. 2010. 156f. Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. Orientador: Benito Schmidt.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n.10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2010.216-2001?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.216-2001?OpenDocument). Acesso em: 10 jan. 2013.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. p.215-218.
- COIMBRA, Cecília. *Guardiães da ordem*. Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. S.Paulo: Ed. da UNESP, Estação Liberdade, 2001.
- CUNHA, Maria C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DESVIAT, Manuel. *A reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (Orgs.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998. p.9-27.
- ENGEL, Magali. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. São Paulo: Autêntica, 2011.
- FIRMINO, HIRAM. *Nos Porões da Loucura*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.
- FONSECA, Maria Ceclia Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FONTOURA, Arselle de Andrade da. Por entre luzes e sombras: Hospital Colônia Santana: (re)significando um espaço da loucura. 1997. 112f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Orientador: Maria Bernardete Ramos Flores.
- GONÇALVES, Jose Reginaldo S.. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.da UFRJ, MinC/IPHAN, 2002.
- GOULART, Maria Stella Brandão. Em nome da razão: Quando a arte faz história. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v.20, n.1, p.36-41, abr. 2010. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822010000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 jul. 2012.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia*, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JEUDY, Henri-Pierre. Patrimônio e catástrofe. In: *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1995. p.57-65.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 2006.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn and RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [online],v.12, n.2, p. 399-407, 2007.

LOGAN, William; REEVES, Keir. Remembering places of pain and shame. In: LOGAN, William; REEVES, Keir (Orgs.). *Places of pain and shame. Dealing with difficult heritage*. London/New York, Routledge, 2009. s/p .

MACHADO, Roberto *et al.*. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.2, p.09-42, jan./dez. 1994.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana G.. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentum; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 15-84.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios Sombrios. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos; PETERLE, Patricia (Orgs.). *História e Arte: Herança, Memória, Patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editores, 2014. p. 46-55.

MINISTÉRIO DE SAÚDE. *Saúde Mental e Direitos Humanos*. Contribuições para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial – Brasília, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL / PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, *Cartilha Direito à Saúde Mental*, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

PAULIN, Luiz Fernando; TURATO, Egberto Ribeiro. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. *História, ciência e saúde -Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.241-58, 2004.

PEREIRA, Lucimar. Memórias da loucura: o papel do Museu na ressignificação do imaginário urbano. *Trabalho de Conclusão de Curso* apresentado ao Curso MBA Executivo em Saúde. Pós-graduação lato Sensu, Nível de Especialização Programa FGV-FHEMIG, 2011.

PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura, em ADRA. *Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*, n.2, p. 23-41, 2006.

PICCININI, Walmor; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. História da psiquiatria: a loucura e os legisladores. *Psychiatry on line Brasil*, s.l., v.11, n.3, s.p. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano06/wal0306.php>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.12, p.4579-4589, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto. O museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2008.

RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: COSTA, Nilson do Rosário; TUNDIS, Silvério (Orgs.). *Cidadania e loucura: origens das políticas de saúde mental no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p.15-73.

RESGALLA, Rosana Maria. A travessia do hospício para a residência terapêutica: a conquista de um porto seguro? 2003. 130 f. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Orientador: Maria Édila Abreu Freitas.

SANTOS, Nelson Garcia. *Do hospício à comunidade: políticas públicas de saúde mental*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

SILVA, MV. O movimento da luta antimanicomial e o movimento dos usuários e familiares. In: Conselho Federal de Psicologia, organizadores. *Loucura, ética e política: escritos militantes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SOARES, Jorge Marco Aurélio. Engenho dentro de casa: sobre a construção de um serviço de atenção diária em saúde mental. 1997. 111f. *Dissertação* (Mestrado), Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1997. Orientador: Paulo Duarte de Carvalho Amarante.

TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.25-59. 2002.

TOLEDO, Jairo Furtado (Org.). *Colônia: Uma Tragédia Silenciosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

VIDAL, Carlos Eduardo Leal; BANDEIRA, Marina and GONTIJO, Eliane Dias. Reforma psiquiátrica e serviços residenciais terapêuticos. *J. Bras. Psiquiatr.* [online], v.57, n.1, p.70-79, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852008000100013>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

WADI, Yonissa. Uma História da Loucura no Tempo Presente: os caminhos da assistência e da reforma psiquiátrica no Estado do Paraná. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p. 68-98, jan. / jun. 2009.

WEBER, Beatriz. Patrimônio Histórico-Cultural da Saúde de Porto Alegre. In: GUILHERMANO, Luiz Gustavo *et. al.*. *Páginas da história da medicina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 91-100.

### Sites

ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro: 50 anos sem punição. *Tribuna de Minas*. 20/11/2011. Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/cidade/holocausto-brasileiro-50-anos-sem-punic-o-1.989343>, Acesso em: 29 Jun. 2012.

<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/12/revitalizacao-do-museu-da-loucura-e-entregue-nesta-quinta-em-barbacena.html>. Acesso em: 19 de Dez. de 2014.

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/mesmo-com-fim-de-hospicio-barbacena-ainda-registra-171-pacientes><http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/mesmo-com-fim-de-hospicio-barbacena-ainda-registra-171-pacientes>. Acesso em 30/06/2016.

### Outros

RATTON, Helvécio. *Em nome da razão* [CD]. Belo Horizonte: Quimera filmes, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2010.216-2001?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.216-2001?OpenDocument). Acesso em: 10 jan. 2013.

---

Data de recebimento: 08.04.2016

Data de aceite: 01.07.2016